

Disparidades regionais: análise comparada de desenvolvimento entre regiões do Brasil nos anos noventa – Sul e Nordeste

Manoel Carlos Rivas Franco Júnior*
Angélica Massuquetti**

Regional disparities: a comparative analysis of development in Brazilian regions in the 1990s – South and Northeast

RESUMO

Este artigo analisa o desenvolvimento econômico e social das Regiões Sul e Nordeste do Brasil na década de 1990. Em um primeiro momento, são apresentados o conceito de desenvolvimento e os indicadores sociais utilizados para mensurar o desenvolvimento econômico e humano nos países e nas regiões. A partir dos dados da evolução da situação econômica e social brasileira, analisa-se o desenvolvimento das Regiões Sul e Nordeste. Por fim, apresenta-se a dicotomia existente entre essas regiões do Brasil quanto ao desenvolvimento socioeconômico. Os indicadores sociais brasileiros evidenciaram uma melhora significativa depois da implementação do Plano Real, em 1994, pois este proporcionou a estabilização da inflação, aumentou o poder de compra da população mais pobre e reduziu a desigualdade. Além da estabilização, as transferências de renda promovidas pelo governo federal também foram determinantes para a redução da desigualdade e a melhoria dos indicadores sociais. A dicotomia, no entanto, permanece, pois as raízes ligadas ao processo histórico de formação econômica e social, a constituição do mercado de trabalho e a estrutura fundiária influenciaram de forma diferente as regiões do Brasil.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, desigualdade.

ABSTRACT

This paper analyses the economic and social development of the South and Northeast regions of Brazil in the 1990s. Initially, it introduces the concept of development and the social indicators employed to measure economic and human development in countries and regions. Based on data related to the evolution of the Brazilian economic and social situation, the development of the South and Northeast regions is examined. Finally, the paper analyses the existing dichotomy between these Brazilian regions as far as economic development is concerned. The Brazilian

Recebido em 19.11.2008. Aceito em 12.01.2009.

*Mestrando do PPGE – UNISINOS. Av. Unisinos, 950, Sala 5A211, Bairro Cristo Rei, 90.022-000, São Leopoldo, RS, Brasil. E-mail: manoel@eletrotec.com.br.

**Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Professora e Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas e Professora e Pesquisadora do PPGE da UNISINOS. Av. Unisinos, 950, Sala 5A211, Bairro Cristo Rei, 90.022-000, São Leopoldo, RS, Brasil. E-mail: angelicam@unisinos.br.

social indicators have improved significantly after the implementation of the Real Plan in 1994, as it promoted the price stabilization, increasing the purchasing power of the poorest, and reducing the inequality. Besides the price stabilization, income transferences promoted by the federal government also played an important role to reduce inequality and improve social indicators. The dichotomy, however, still remains, since its historical roots associated with the historic process of economic and social formation, the constitution of labor market and the land structure influenced in different ways the Brazilian regions.

Key words: economic development, regional development, inequality.

JEL Classification: R11; R58.

1 Introdução

Durante o século XX, o Brasil esteve entre as economias com maior crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) no mundo. Porém, o modelo de desenvolvimento aplicado ficou marcado pela concentração de renda entre os indivíduos e entre as regiões do Brasil. Por consequência, o Brasil está, atualmente, entre os países com maior índice de desigualdade no mundo. No período entre 1985 e 1997, por exemplo, a Região Sudeste concentrou, em média, 58,86% do PIB do país e os 10% mais ricos detinham 45% da renda gerada no Brasil (Siqueira e Filho, 2001). A partir de fatos como esse, tornou-se imprescindível a adoção de políticas capazes de redistribuir a renda e desconcentrar a atividade econômica territorialmente, beneficiando as regiões mais pobres.

Diversos programas de infraestrutura e apoio à industrialização foram criados (ou recriados) com o objetivo de minimizar essas diferenças regionais, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco de Desenvolvimento do Nordeste (BNB), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Zona Franca de Manaus, o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e também os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Siqueira e Filho (2001) afirmam que, além da criação de instituições e de fundos, o governo brasileiro também atuou por meio do investimento em estatais, como foi o caso da Petrobras na Bahia, no Sergipe e no Rio Grande do Norte; e da Vale do Rio Doce no Maranhão e no Pará. Segundo Tafner e Rezende (2005), também é possível afirmar que, na década de 1990, as políticas públicas resultaram na melhoria de vários indicadores sociais. A

tendência de crescimento do PIB brasileiro é um importante fator para a diminuição da pobreza nas grandes metrópoles, porém não é suficiente para reduzir as desigualdades.

O objetivo deste artigo é abordar o desenvolvimento econômico e social no Brasil e as diferenças captadas pelos indicadores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estados que formam a Região Sul, comparando com Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, estados que compõem a Região Nordeste. A escolha dessas regiões justifica-se porque a Região Sul apresenta o melhor IDH, em contraste com o Nordeste, que ocupa a pior posição entre as regiões do Brasil.

Dadas essas premissas, na primeira seção são abordados os conceitos de desenvolvimento econômico e seus principais indicadores, bem como a evolução de indicadores da economia brasileira. Na segunda seção, explica-se a desigualdade regional no Brasil, levando-se em conta dados da década de 1990 que descrevem a situação econômica e social brasileira. Por fim, na terceira seção, buscam-se identificar quais os determinantes da dicotomia entre as Regiões Sul e Nordeste, comparando-se as características geográficas, políticas, de colonização, setores de atuação e distribuição de renda. A escolha deste tema está baseada na reflexão da dicotomia econômica entre as Regiões Sul e Nordeste e da influência dos indicadores econômicos e sociais do Nordeste sobre os indicadores do Brasil como um todo. Os indicadores da Região Sul, se analisados isoladamente do restante do Brasil, podem ser comparados aos indicadores dos países desenvolvidos, ao contrário da Região Nordeste.

2 O desenvolvimento econômico e social no Brasil

Segundo Leite (1983), a versão mais aceita quanto ao significado de desenvolvimento no período pós-guerra era o crescimento da renda *per capita*, ou seja, o volume de renda por indivíduo. Como o PIB é um indicador que mede a riqueza total produzida em um país e como a população varia muito de um país para outro, indicava-se como medida para o desenvolvimento o PIB per capita (renda nacional/população nacional). Ele compreende a soma de todas as riquezas produzidas e, dividindo-se pelo número de habitantes, é obtida a quantidade produzida por indivíduo. Para Furtado (1979), o desenvolvimento ocorre a partir do momento em que cresce a

produtividade no conjunto econômico. O autor ainda explica que as transformações internas são resultados de alterações na forma de produção, o que gera mudanças na distribuição e na utilização da renda. Porém, nos anos setenta, de acordo com Leite (1983), um crescente número de economistas passou a considerar inadequado o crescimento do produto, ou da renda, para descrever o desenvolvimento, já que ele pode ocultar os problemas de concentração de renda e detinha-se, exclusivamente, na dimensão econômica. Assim, outros indicadores devem ser considerados para melhor identificar o grau do desenvolvimento de um país.

Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida adequada para avaliar o desenvolvimento, já que considera aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. O IDH é composto por quatro indicadores: (i) PIB *per capita*; (ii) expectativa de vida; (iii) taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade; e (iv) taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior). Este índice varia entre 0 e 1, não explicita a felicidade das pessoas nem elege o melhor lugar do mundo para viver, mas sintetiza o desenvolvimento humano das nações. Considera-se o IDH baixo, quando ele é menor do que 0,500; médio, quando varia entre 0,500 e 0,799; e alto, quando é igual ou superior a 0,800, conforme PNUD (2007). O IDH é calculado desde 1990, e é publicado nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH).

Em relação ao desempenho econômico e ao desenvolvimento no Brasil, segundo Bresser-Pereira (2004), a economia do país encontrava-se estagnada desde os anos oitenta e, por consequência, esse período denominou-se como a Grande Crise. A renda *per capita* brasileira cresceu menos de um por cento ao ano e se mostrou incapaz de absorver o crescimento da população; portanto, verificou-se que a taxa de desemprego revelou um aumento. As dificuldades econômicas estavam relacionadas com a crise da dívida externa e com a crise fiscal, fato que gerava altas taxas de inflação. A reforma da economia brasileira iniciou-se entre os anos de 1983 e 1987, com uma política de desvalorização cambial, que produziu elevados superávits comerciais, continuou com a renegociação da dívida e com a abertura comercial. As ações citadas, em especial a abertura comercial, se estenderam até o ano de 1990 e permitiram a neutralização da inflação a partir do ano de 1994. Em relação ao Plano Real, observa-se que a

consistência das medidas adotadas para neutralizar a inflação levou à estabilização econômica, devolvendo o poder de compra aos indivíduos da faixa mais pobre da população. Lembra-se que a inflação muito elevada é prejudicialmente mais influente sobre os pobres do que sobre os ricos.

Para Tochetto *et al.* (2004), após a forte liberalização comercial da economia brasileira no final da década de 1980, percebe-se um aumento da participação das exportações no PIB, fato que modifica as relações internas no mercado de trabalho. Passou a se exigir mão-de-obra mais qualificada devido à tecnologia proveniente da abertura comercial, exigência que eliminou postos de trabalho com menor qualificação. Também é possível citar outro aspecto importante quanto à abertura econômica e seus efeitos sobre a distribuição de renda, que é a heterogeneidade no Brasil conforme as regiões geográficas. O setor industrial é bastante sensível ao processo de liberalização comercial; cada região sofreu impactos diferentes em seu setor industrial. Na opinião de Tochetto *et al.* (2004), com esse choque tecnológico, o mercado de trabalho sofreu uma alteração quanto ao perfil da demanda por trabalhadores, ao modificar a mobilidade e a distribuição de renda. Em outras palavras, no período de progresso tecnológico, a habilidade do trabalhador torna-se um fator determinante. Como existe uma demanda maior por trabalho qualificado, ocorre um aumento da desigualdade salarial dos mais qualificados em relação aos menos hábeis, fator que aumenta, assim, a concentração de renda. A mobilidade de renda sugerida com o aumento da população que recebia maiores e menores salários condiz com o desaparecimento da classe média no período pós-Plano Real, porém esse processo pode não ser detectado por indicadores de desigualdade. Erroneamente, debates sobre o desaparecimento da classe média carregam a impressão de que a polarização e a desigualdade de renda caminham na mesma direção. O desaparecimento da classe média tem relação com o esvaziamento de faixas de renda intermediárias, pois estas migram para as classes alta e baixa: “A observação teórica básica é a de que a polarização deve ser entendida de um modo diferenciado do conceito de desigualdade” (Tochetto *et al.*, 2004, p. 9).

A análise da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, por meio do índice de Gini¹ e considerando todos os domicílios com declaração de rendimento, revela que a desigualdade manteve-se elevada de 1990 a 1993, mesmo com um valor baixo em 1992: 1990 – 0,612; 1992 – 0,589; 1993 – 0,602. Na Tabela 1, é possível observar a variação do índice de Gini

após a implantação do Plano Real, período 1995-2005, (i) para renda domiciliar *per capita* (RDPC), (ii) para o rendimento mensal total (PEA), (iii) para o rendimento mensal total, incluindo os sem rendimentos (PEA total) e (iv) para o rendimento de todos os trabalhadores (POC) no Brasil. A queda do índice de Gini é sinônimo de uma melhora da distribuição de renda do Brasil.

Tabela 1: Evolução da distribuição de renda no Brasil entre 1995 e 2005.

Table 1: Evolution of the income distribution in Brazil between 1995 and 2005.

Ano	Índice de Gini			
	RDPC	PEA	PEA total	POC
1995	0,599	0,589	0,662	0,585
1996	0,600	0,584	0,657	0,580
1997	0,600	0,584	0,659	0,580
1998	0,598	0,581	0,659	0,575
1999	0,592	0,572	0,655	0,567
2001	0,594	0,571	0,642	0,566
2002	0,587	0,569	0,637	0,563
2003	0,581	0,561	0,630	0,554
2004	0,569	0,553	0,616	0,547
2005	0,566	0,550	0,616	0,544

Fonte: Hoffmann (2007, p. 94).

Verifica-se uma queda pequena da RDPC entre 1995 e 2001. Essa tendência de queda fica mais clara após o ano de 2001. Cabe destacar a redução do índice de Gini, de 2,8 pontos percentuais da RDPC, entre os anos de 2001 e 2005, caindo de 0,594 para 0,566. Para as distribuições PEA, PEA total e POC, durante todo o período analisado, houve uma tendência de queda. As distribuições da PEA e PEA total refletem o que ocorre com o mercado de trabalho, diferente da RDPC, que inclui em seu cálculo o rendimento de pessoas inativas aposentadas e pensionistas.

Observou-se que a redução da desigualdade da distribuição do rendimento foi mais significativa a partir de 2001, no entanto, o rendimento médio mensal da população como um todo, conforme Tabela 2, permaneceu estável entre os anos de 2001 e 2004. Analisando os estratos separadamente, verifica-se, no período 2001-2004, um aumento na renda dos primeiros três estratos e uma queda nos últimos. Essa alta inverteu o crescimento negativo de 2,5%, medido entre 2001 e 2004, para 3,5 pontos percentuais positivos entre os anos de 2001 e 2005. A explicação para essa variação positiva total de 3,5 pontos percentuais entre os anos 2001 e 2005 é

que o primeiro, o segundo e o terceiro quintos estratos mais pobres tiveram uma forte variação de 26,6%, 15,2% e 11,4%, respectivamente. A ampliação de programas sociais, como a Bolsa Família, foi um fator determinante na variação da renda nos estratos mais pobres. Sendo assim, os pobres ficaram menos pobres; e os ricos, relativamente menos ricos (Hoffmann, 2007).

Tabela 2: Renda média mensal no Brasil dividido por estratos de 2001 a 2005 – em R\$.
Table 2: Average monthly income in Brazil divided by strata from 2001 to 2005 – in R\$.

Estrato	Renda média em R\$ de agosto de 2006					Variação %	
	2001	2002	2003	2004	2005	2001-2004	2001-2005
Quinto mais pobre	51,1	55,7	52,7	59,3	64,8	16,0	26,6
Segundo quinto	128,0	131,1	126,5	137,3	147,5	7,3	15,2
Terceiro quinto	224,6	226,9	219,2	232,8	250,1	3,7	11,4
Quarto quinto	393,1	394,5	377,4	395,1	418,1	0,5	6,4
Nono décimo	707,4	704,6	668,1	688,4	719,9	-2,7	1,8
Décimo mais rico	2057,5	2044,2	1891,6	1911,9	2031,0	-7,1	-1,3
Total	435,8	436,5	411,1	424,9	451,2	-2,5	3,5

Fonte: Hoffmann (2007, p. 97).

Segundo Hoffmann (2007), quando se compara o percentual da renda apropriada pelos 10% e pelos 5% mais ricos, verifica-se uma queda na participação desses estratos de renda. Os 10% mais ricos apropriavam 47,2% da renda, em 2001, e, no ano de 2005, esse percentual caiu para 45,0%, bem como o percentual da renda apropriada pelos 5% mais ricos, que caiu de 33,8% para 32,0% no mesmo período. O mesmo ocorre, ao se comparar o percentual de renda apropriada pelo 1% mais rico, em 2001, que era de 13,8%, contra os 50% mais pobres que apropriavam 12,7% da renda. Já no ano de 2005, esse dado se inverte e passa o 1% mais rico apropriar 12,9%; e a metade mais pobre aumenta para 14,2%. Essa tendência de redução da desigualdade confirma-se pela análise do índice de Gini no Brasil no período 1995-2005. O índice de Gini sofreu uma forte queda, como foi possível observar na Tabela 1, passando de 0,594, em 2001 para 0,566, em 2005, o que representou uma redução de 4,6% no período. Em 2001, o índice encontrava-se em torno da média dos últimos trinta anos e chegou, em 2005, ao menor valor registrado no período analisado. Comparado aos demais países de que se têm informações sobre o referido índice ao longo da década de 1990, menos de 25% dos países reduziu o índice a uma velocidade superior a do Brasil entre 2001 e 2005.

A Tabela 3 apresenta alguns indicadores, índices e a classificação do Brasil, segundo o IDH no período 1990-2000.

Tabela 3: Indicadores, índices e classificação do Brasil segundo o IDH, 1990-2000.
 Table 3: Brazilian indicators, indices and ratings according to HDI, 1990-2000.

Ano	Ranking do Brasil	Número de Países	Esperança de vida (anos)	Índice de Saúde	Taxa de alfabetização (%)	Taxa de matrículas (%)	Índice de Educação	PIB Real (US\$ PPC) <i>per capita</i>	PIB Real (US\$ PPC) <i>per capita</i> ajustado	Índice de Renda	IDH do Brasil
1990 ^a	80°	130	65,0	0,650	78,0	-	0,740	4.307	-	0,963	0,784
1991 ^b	60°	160	65,6	0,645	78,5	3,3*	0,726	4.620	4.620	0,905	0,759
1992 ^c	59°	160	65,6	0,645	81,1	3,9*	0,623	4.951	4.851	0,952	0,739
1993 ^d	70°	173	65,6	0,645	81,1	3,9*	0,623	4.718	4.718	0,924	0,730
1994 ^e	63°	173	65,8	0,680	82,1	4,0*	0,637	5.240	5.142	0,953	0,756
1995 ^f	63°	174	66,3	0,688	81,9	70	0,779	5.240	5.142	0,943	0,804
1996 ^g	58°	174	66,5	0,692	82,4	72	0,789	5.500	5.500	0,909	0,796
1997 ^h	68°	175	66,4	0,690	82,7	72	0,791	5.362	5.362	0,872	0,783
1998 ⁱ	62°	174	66,6	0,693	83,3	72	0,795	5.982	5.982	0,938	0,809
1999 ^j	79°	174	66,8	0,700	84,0	80	0,830	6.480	-	0,700	0,739
2000 ^k	74°	174	67,0	0,700	84,5	84	0,840	6.625	-	0,700	0,747

Fonte: Oliveira (2006, p. 33).

Notas: Pela revisão dos dados e da metodologia, os valores dos IDH do Brasil não são comparáveis aos seus IDH anteriores.

(a) As estatísticas da esperança de vida e do PIB real *per capita* se referem ao ano de 1987; os da educação, a 1985. A linha de pobreza ficou calculada em US\$ 4,861; (b) os dados da esperança de vida referem-se a 1990; os da taxa de alfabetização, a 1985; e da escolaridade média, a 1980. No índice de educação, usa-se o indicador anos médios de escolaridade (valores com asterisco) medido em anos. O PIB *per capita* corresponde à média dos anos de 1985-88, e a linha de pobreza está indicada em US\$ 4.829; (c) tanto a esperança de vida quanto a educação referem-se ao ano de 1990. O PIB *per capita*, por sua vez, corresponde ao ano de 1987, quando o umbral de pobreza se fixa em US\$ 4.829; (d) o PIB *per capita*, ajustado pela linha de pobreza, refere-se ao ano de 1990; (e) todas as informações estatísticas referem-se ao ano de 1992, exceto o PIB *per capita* que diz respeito a 1991; e o valor limiar da renda *per capita* média mundial foi igual a US\$ 5.120; (f) o nível de educação passou a ser a taxa de matrículas combinadas nos três níveis de ensino em vez da escolaridade média; (g) todas as estatísticas referem-se ao ano de 1993, e o limiar da renda média mundial é igual a US\$ 5.711; (h) o referencial utilizado para todas as informações foi o ano de 1994, e US\$ 5.835 é o limite médio mundial da renda; (i) as estatísticas usadas foram para o ano de 1995, e a renda mundial limiar é US\$ 5.990; (j) todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 1997; (k) todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 1998.

É possível verificar que o comportamento do IDH brasileiro, no período 1990-2000, foi oscilatório, em razão, segundo Oliveira (2006), das mudanças metodológicas, principalmente no índice da renda. Os demais indicadores apresentaram evolução, mas sem variações significativas, revelando que o desempenho dos indicadores sociais é observado apenas no longo prazo.

De acordo com Souza (2005), no Brasil, o IDH teve uma evolução de 20,8%, passando de 0,643 para 0,777 entre os anos 1975 e 2001, porém com permanência de um médio desenvolvimento. Melhorias significativas ocorreram na saúde, em vista do aumento de

habitantes com acesso à água potável e à vacinação, fato que proporciona uma redução na taxa de mortalidade de adultos e na taxa de mortalidade infantil. Na educação, a queda da taxa de analfabetismo também foi um fator que colaborou para a melhora do indicador.

O Brasil, mesmo sendo um dos países mais desiguais do mundo, foi citado como exemplo de melhoria de distribuição de renda, combinando um sólido crescimento econômico com a diminuição da pobreza e da desigualdade de renda. O principal responsável pelo avanço do Brasil foi o Programa Bolsa Família que atinge 8,7 milhões (2005) de famílias pobres e auxilia na alimentação, saúde e educação. Além disso, verificou-se um aumento real de salário e a ampliação do emprego, consequência do recente crescimento econômico. Portanto, percebe-se que reduzir a pobreza mais rapidamente depende da redução da desigualdade:

A taxa de redução da pobreza de um país se dá em função de dois fatores: o crescimento econômico e a parcela desse incremento apropriada pelos pobres. Em outras palavras, quanto maior a parcela apropriada pelos pobres, maior será a eficiência do país em transformar crescimento em redução de pobreza (RDH, 2007, p. 3).

O que foi possível perceber, conforme Bresser-Pereira (2004), é que o desenvolvimento de uma nação é um processo histórico que as sociedades buscam levar adiante como estratégia nacional. No caso do Brasil, o governo federal foi além da condição de facilitador e de mediador, passando a exercer o papel da iniciativa privada por meio de estatais. Em sua opinião, o Estado deve ser forte, capaz de cobrar impostos e deve exercer seu poder por intermédio da lei. Alguns países em desenvolvimento crescem de forma rápida, ao passo que outros se encontram estagnados. Como a taxa de crescimento econômico de um país depende da acumulação de capital e da incorporação de tecnologia à produção, no longo prazo, o país dificilmente regride. Para que isso ocorra, deve existir o incentivo das instituições do governo, mediante políticas, leis e ações sociais, baseadas em uma estratégia nacional de desenvolvimento.

A principal característica observada na economia brasileira é que ocorreu uma melhora dos indicadores de desenvolvimento econômico, principalmente após o ano de 1995, quando já surtiam os efeitos do Plano Real. Na próxima seção, aborda-se a desigualdade do desenvolvimento que existe entre as regiões do Brasil, bem como a realidade econômica das Regiões Sul e Nordeste.

3 A desigualdade regional no Brasil

A desigualdade regional pode, conforme Pessoa (1999), ser tratada de duas formas: uma é a diferença da renda *per capita* entre as regiões, onde se busca a redução dessas diferenças; outra é a diferença entre a renda total das regiões, ou seja, a forma como se distribui a produção e em qual local ela se concentra. Normalmente, a produção se concentra em uma região pequena e altamente industrializada, que produz grande parte do PIB. A diferença da renda *per capita* entre duas regiões pode ser eliminada pela migração, já que a mobilidade da mão de obra é perfeita entre as regiões, no caso de essas possuírem as mesmas características. A conclusão é justamente de que só pode haver diferença na renda *per capita* das regiões se a qualificação dos trabalhadores não for a mesma. Quanto à produção, não existe problema em ser concentrada. A política de desconcentração produtiva não resulta obrigatoriamente na melhora da distribuição interpessoal de renda e, segundo o autor, possivelmente esse é o maior problema do Brasil. Assim, o motivo da baixa renda *per capita* pode ser regional, isto é, devido às características próprias da região. No entanto, o autor conclui que o problema de algumas regiões não é consequência de características da região, mas dos indivíduos que moram nessas regiões. Portanto, como o problema é social e não regional, as políticas de combate à desigualdade devem ser direcionadas aos indivíduos e não à região. No caso da Região Nordeste, possuidora do pior índice de renda *per capita* e dos maiores índices de pobreza, uma política de desenvolvimento regional para diminuir a concentração da produção em uma região pode reduzir o nível de bem-estar da população, devido à péssima distribuição de renda nessa região. Ao contrário, uma elevação da renda no Sudeste faz subir, relativamente, o salário dos trabalhadores mais pobres, devido à melhor distribuição de renda. Além disso, as políticas regionais de subsídio ao capital privado no Brasil esbarram na escassez de recursos econômicos. Torna-se necessário dar prioridade às necessidades da população mais pobre, que necessita de melhoria nas condições de vida e de infraestrutura.

A Tabela 4 revela que a participação das grandes regiões do Brasil no PIB a preço corrente, no período de 1990-2000, é muito concentrada na Região Sudeste.

Tabela 4: Participação das regiões no PIB do Brasil a preços corrente – 1990-2000 (%).
 Table 4: Regions' participation in Brazil's GDP at current prices – 1990-2000 (%).

Regiões	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Norte	4,94	4,71	4,32	5,24	5,09	4,64	4,64	4,42	4,48	4,45	4,60
Nordeste	12,86	13,37	12,92	12,82	12,87	12,78	13,17	13,08	13,05	13,11	13,09
Sudeste	58,83	58,70	58,79	57,73	57,27	58,72	58,07	58,57	58,16	58,24	57,79
Sul	18,21	17,11	18,30	18,42	18,67	17,89	18,03	17,68	17,48	17,75	17,57
Centro-Oeste	5,16	6,10	5,67	5,79	6,10	5,97	6,08	6,25	6,84	6,45	6,95

Fonte: IBGE (2007).

As Regiões Sul e Nordeste ocupam uma posição intermediária no país, contudo, ao comparar o PIB *per capita* dessas regiões, verifica-se que elas se encontram em posições extremas, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5: Evolução da renda *per capita* nas regiões brasileiras (média ponderada pela população) – 1991/2000.

Table 5: Evolution of per capita income in Brazilian regions (average weighted by population) – 1991/2000.

Regiões	Renda 1991 em R\$	Renda 2000 em R\$	Taxa anual de crescimento
Norte	111,03	131,08	1,86%
Nordeste	82,81	113,56	3,57%
Sudeste	209,7	277,65	3,17%
Sul	218,01	313,37	4,11%
Centro-Oeste	168,85	235,93	3,79%
Brasil	146,68	199,87	3,50%

Fonte: Magalhães e Rabelo (2006, p. 11).

Observa-se que a Região Nordeste, nos dois períodos analisados, possui a menor renda *per capita* do Brasil, com R\$ 82,81, em 1991; e R\$ 113,56, em 2000. Contudo, a variação registrada na década de 1990 ficou acima da média nacional devido às transferências de renda pelos programas de combate à pobreza, como o Bolsa Família. Isso pode ser comprovado pela Tabela 6, na qual se verifica a diminuição da participação da renda do trabalho na renda total das regiões. No Nordeste, a participação do trabalho na renda reduziu de 80,91% para 60,48%, diminuindo 3,18% ao ano devido ao aumento das transferências. Já na Região Sul ocorreu uma diminuição, porém, de 1,74% ao ano.

Tabela 6: Evolução da participação da renda do trabalho na renda total das regiões brasileiras – 1991/2000.

Table 6: Evolution of the labor income participation in the Brazilian regions' total income – 1991/2000.

Região	% em 1991	% em 2000	Taxa anual de crescimento (%)
Norte	86,15	67,19	-2,72
Nordeste	80,91	60,48	-3,18
Sudeste	83,14	69,68	-1,94
Sul	84,55	72,19	-1,74
Centro-Oeste	88,26	73,90	-1,95
Brasil	83,24	67,56	-2,29

Fonte: Magalhães e Rabelo (2006, p. 11).

Na Tabela 7, é possível verificar o aumento das transferências nas regiões do Brasil no período 1991-2000. Mostra-se, na Tabela 8, a existência das diferenças nos indicadores sociais entre as Regiões Sul e Sudeste, por um lado, e Norte e Nordeste, por outro. Ao comparar apenas o IDHM das regiões, verifica-se que estas ocupam posições extremas. Nesse caso, a dicotomia regional no Brasil torna-se evidente. A média do IDHM obtida para as Regiões Sul e Sudeste foi de 0,733, em 1991; e 0,798, em 2000. Já para as Regiões Norte e Nordeste, a média foi de 0,613, em 1991; e 0,697, em 2000.

Tabela 7: Evolução das transferências de renda nas regiões brasileiras – 1991/2000.

Table 7: Evolution of income transfers in Brazilian regions – 1991/2000.

Região	Trans. Renda (%)		Transferências		Taxa anual de crescimento (%)
	1991	2000	1991	2000	
Norte	5,83	11,47	6,47	15,03	9,83
Nordeste	12,23	21,09	10,12	23,95	10,04
Sudeste	10,17	16,42	21,32	45,58	8,81
Sul	8,87	16,39	19,34	51,36	11,46
Centro-Oeste	5,99	11,42	10,12	26,93	11,49
Brasil	9,87	17,12	14,48	34,22	10,03

Fonte: Magalhães e Rabelo (2006, p.13).

Tabela 8: Comparação do IDHM entre as Regiões Sul e Sudeste *versus* Norte e Nordeste, 1991/2000.

Table 8: Comparison of the IDHM between South and Southeast regions versus North and Northeast regions, 1991/2000.

Brasil/Regiões	1991	2000
Brasil	0,696	0,766
Sul/Sudeste	0,733	0,798
Norte/Nordeste	0,613	0,697

Fonte: Souza (2005).

Na Tabela 9, são apresentados os IDHs apenas dos estados que formam as Regiões Sul e Nordeste. O IDH do Rio Grande do Sul é um dos três maiores do Brasil; chegou a 0,814 no ano de 2000. O estado fica atrás apenas de Santa Catarina e de São Paulo (Região Sudeste). Em situação contrária a essa, os estados do Nordeste apresentam o pior desempenho no IDH no país.

Tabela 9: Índice de Desenvolvimento Humano dos estados brasileiros – Regiões Sul e Nordeste, 1991/2000.

Table 9: Human Development Index of the Brazilian states - South and Northeast regions, 1991/2000.

Ordem Estados	Regiões	1991	2000	Variação (%)
1° Santa Catarina	Sul	0,748	0,822	9,9
3° Rio Grande do Sul	Sul	0,753	0,814	8,1
5° Paraná	Sul	0,711	0,787	10,7
17° Pernambuco	Nordeste	0,620	0,705	13,7
18° Rio Grande do Norte	Nordeste	0,604	0,705	16,7
19° Ceará	Nordeste	0,593	0,700	18,0
21° Bahia	Nordeste	0,590	0,688	16,6
22° Sergipe	Nordeste	0,597	0,682	14,2
23° Paraíba	Nordeste	0,561	0,661	17,8
24° Piauí	Nordeste	0,566	0,656	15,9
25° Alagoas	Nordeste	0,548	0,649	18,4
26° Maranhão	Nordeste	0,543	0,636	17,1

Fonte: Souza (2005).

No entanto, é possível afirmar que programas sociais, como o Bolsa Família, promovidos pelo governo federal na década de 1990, também influenciaram o IDH, de forma significativa, nas regiões mais necessitadas. Isso se percebe pela observação da variação média percentual do IDH da Região Nordeste, em 16,49%, e pela constatação de que a Região Sul evoluiu 9,57%. Conforme dados do PNAD (2007), essa dicotomia está presente também em outros indicadores, como na disponibilidade ao abastecimento de água, verificando-se que, no ano de 2005, o percentual de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água, no total de domicílios particulares permanentes, era de 73,9% no Nordeste e de 84,0% na Região Sul.

A partir dos dados apresentados, é possível constatar que existe uma significativa desigualdade entre as regiões brasileiras. De acordo com Tochetto *et al.* (2004), em algumas regiões o crescimento é mais favorável aos pobres do que em outras, o que não garante, necessariamente, que o crescimento econômico diminua a pobreza. O crescimento econômico é capaz de reduzir os efeitos da pobreza, contudo, o impacto sobre as diferentes regiões/estados do

país ainda é desigual. Tochetto *et al.* (2004) citam sete grupos de fatores necessários para transformar o crescimento em redução de pobreza:

(a) os aspectos espaciais do crescimento: se ocorrer crescimento econômico em uma região como o Sudeste, por exemplo, a pobreza do Nordeste não será reduzida, nem mesmo com os fluxos migratórios de uma região para outra. A pobreza nos países em desenvolvimento normalmente se concentra em áreas rurais e dificilmente é resolvida por um crescimento industrial urbano. O mais comum nesses países é o combate à pobreza absoluta;

(b) os padrões setoriais de crescimento: quando o crescimento ocorre em um setor específico da economia, a redução da pobreza vai depender dos *links* existentes entre esse setor e a camada mais pobre da população. Pesquisas realizadas na Índia e na Indonésia revelam que, aproximadamente, 85% da redução da pobreza foi devido ao crescimento na agricultura. Outro estudo revela que, em 35 países em desenvolvimento pesquisados, 10% do crescimento do PIB *per capita* agrícola produziu um crescimento de 16% no quintil com renda mais baixa;

(c) o grau de intensidade e o uso de fatores de produção: quanto mais o crescimento for trabalho-intensivo, maior será a redução da pobreza. E, quanto menos qualificado o trabalho criado, maior o impacto do crescimento;

(d) o grau de desigualdade da renda e da riqueza: quanto maior a desigualdade existente na população, menor o impacto do crescimento. A desigualdade afeta normalmente em 50% a elasticidade do crescimento;

(e) as dimensões não renda: essas dependem da capacidade de os indivíduos poderem usufruir do crescimento em esfera não econômica, mediante educação e saúde. Por exemplo, se as mulheres não têm acesso ao mercado de trabalho, não terão benefícios gerados pelo crescimento econômico;

(f) o padrão do gasto público: o gasto do governo tem um peso importante para os indivíduos mais pobres. As ações que não têm foco em favor do pobre (pró-pobre) afetam seriamente o efeito das políticas públicas; e

(g) o impacto ambiental: a classe mais pobre pode ser afetada pelo crescimento econômico pela degradação do ambiente. Exemplos que podem ser citados são a erosão, a poluição e a contaminação de recursos anteriormente utilizados.

As políticas pró-pobre são, conforme Tochetto *et al.* (2004), aquelas que beneficiam as camadas mais pobres, melhoram a distribuição de renda e viabilizam investimentos que utilizem intensamente o fator de trabalho de baixa qualificação, além de investimentos em educação e saúde. A principal preocupação é que se adotem políticas pró-pobre, ou seja, ações que promovam o crescimento econômico e reduzam a pobreza, melhorando os níveis de bem-estar social. Além disso, é importante, segundo o autor, eliminar políticas em nível micro que atuam contra os pobres, como, por exemplo, os monopólios que elevam os preços, os subsídios e os elevados gastos em educação de nível superior, os quais beneficiam os não pobres. Outras políticas importantes na promoção do crescimento em favor do pobre, de acordo com Tochetto *et al.* (2004), são o acesso ao microcrédito, os serviços de planejamento familiar, os incentivos a pequenas e médias empresas, o investimento em infraestrutura em áreas rurais, ou mesmo em locais onde a pobreza é intensa.

Cada região tem um nível de conversão diferente para políticas de redução de pobreza, portanto, as políticas devem ser diferenciadas para cada lugar. Em alguns casos, a intensificação da taxa de crescimento econômico é o mais indicado, em outros, políticas redistributivas são mais eficientes. Para determinar qual a melhor política a ser adotada, deve-se avaliar se a pobreza é transiente ou crônica, rural ou urbana e absoluta ou relativa. Simplifica-se a análise, considerando a relação entre renda média e a desigualdade de renda, ou seja, “[...] um aumento da renda média reduz a pobreza e um aumento da desigualdade aumenta a pobreza... é possível que o crescimento econômico leve a um aumento da desigualdade com redução da pobreza relativa” (Tochetto *et al.*, 2004, p. 6).

A partir dos dados apresentados, verifica-se que existe uma diferença entre a participação do PIB das Regiões Sul e Nordeste no Brasil, porém, a maior densidade demográfica da Região Nordeste aumenta a diferença entre as regiões no que se refere ao PIB *per capita*. Os dados de desenvolvimento e a concentração de renda dessas regiões também seguem essa mesma tendência, de modo que a renda é mais concentrada no Nordeste e seus indicadores de desenvolvimento são inferiores aos da Região Sul. Na próxima seção, pretende-se apurar as principais características das Regiões Sul e Nordeste que definiram os indicadores apresentados até agora.

4 As diferenças no desenvolvimento econômico entre as Regiões Sul e Nordeste

A economia da Região Sul é bastante diversificada nas atividades primária, secundária e terciária. A agricultura é a atividade com maior rendimento e a que mais gera empregos. A policultura se desenvolve em pequenas propriedades; cultiva-se milho, feijão, mandioca, batata, maçã, laranja e fumo. Diferente da policultura, a monocultura comercial se desenvolve em grandes propriedades do Rio Grande do Sul. Os principais produtos cultivados são a soja, o trigo e o arroz. Na pecuária, o destaque é para a produção de gado bovino e ovino no Rio Grande do Sul, representando, respectivamente, 18% e 60% da produção nacional. A criação de suínos também merece destaque, pois o Paraná é o maior criador do Brasil, seguido pelo Rio Grande do Sul. Além dessas atividades da economia da Região Sul, cabe ainda citar a produção de leite, que ocupa a segunda posição no país. O crescimento do setor industrial é o segundo maior do país, ficando atrás apenas da Região Sudeste. O setor foi beneficiado pelos incentivos fiscais concedidos às grandes empresas multinacionais, principalmente no setor automobilístico, na segunda metade da década de 1990. A indústria automobilística concentra-se, principalmente, nas regiões metropolitanas de Curitiba (Paraná) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

A Região Nordeste é composta pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Esta região está subdividida em meio-norte, zona da mata, agreste e sertão devido as suas características físicas. O meio-norte é uma região de clima úmido e vegetação exuberante. A zona da mata possui clima tropical úmido, vegetação natural, solo fértil e mata atlântica, porém, esta última está devastada pelo cultivo de

cana-de-açúcar. A produção açucareira foi a principal atividade econômica do Nordeste. Devido à instabilidade da demanda externa, na segunda metade do século passado, a produção voltou-se para o mercado interno. Após esse período, grandes consumidores, como a Região Sudeste, eram praticamente autossuficientes e também entraram na concorrência pelo mercado nacional, como o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os estados onde a produção de cana-de-açúcar ainda é significativa são Paraíba, Pernambuco e Alagoas, atualmente, os mais defasados quanto ao crescimento.

Apesar da predominância agrícola, os estados da Bahia e de Pernambuco desenvolveram a indústria têxtil algodoeira. Esse setor enfrentou forte crise nos anos 1950, quando as barreiras tarifárias não adiantavam mais para neutralizar a concorrência entre as regiões. Instalou-se um processo de obsolescência que causou problemas de competitividade. A região que acabou ocupando espaço no pós-guerra foi a Sudeste, que se tornou mais competitiva pela concessão de subsídios cambiais à importação de equipamentos, o que oportunizou a modernização de seu parque têxtil (IBGE, 2007). A Região Nordeste perdeu participação econômica e social para regiões como a Sudeste e a Centro-Sul, ou para o exterior. Produtos produzidos pelo Nordeste, como o açúcar e o algodão, no final do século XIX, perderam espaço no mercado externo e, entre os anos 1930 e 1950, o estado de São Paulo consolidou-se como grande polo desses produtos. A respeito da atividade açucareira, Araújo *et al.* (1997, p. 58) argumentaram que “[...] o sistema da monocultura açucareira sempre se ajustou às crises mantendo inalterada sua estrutura, e em geral com financiamento público transformado em dívidas adiadas ou perdoadas”.

A herança histórica da Região Nordeste trouxe consequências ao mercado de trabalho. Quando o regime de trabalho passou da escravidão para o trabalho assalariado, predominaram os baixos salários por motivos de atraso cultural, pela estrutura fundiária e pela dominância oligárquica. Isso caracteriza o Nordeste como a região do atraso e dos piores indicadores sociais. Também é caracterizada como uma região que não apresentou alternativas econômicas para o semiárido diminuir os efeitos da adversidade climática. Isso se deve, principalmente, às raízes históricas, à estrutura fundiária e à monocultura açucareira. Nos momentos de crise, para manter a estrutura desse sistema, os salários dos trabalhadores sofriam cortes abruptos. Não se criou outra fonte de exploração econômica, e a atividade se resumiu à monocultura açucareira. A

industrialização da região só teve início na década de 1960, consequência de incentivos gerados pela SUDENE. Parte importante da defasagem econômica do Nordeste atribui-se ao conservadorismo das elites empresariais, atrasadas culturalmente e apoiadas por um Estado paternalista. Se até a década de 1950 a Região Nordeste acomodava-se em virtude do protecionismo, nos anos 1960, a estratégia para o desenvolvimento da região era a industrialização mediante implantação de projetos, transferência de capital produtivo e pela ação direta do Estado. Alguns exemplos da ação direta do Estado podem ser indicados: a Bahia, com o Complexo Petroquímico de Camaçari; o Maranhão, com projeto siderúrgico; o Rio Grande do Norte, com o petróleo; e o Sergipe, com petróleo, gás natural e sais de potássio pela Petrobras e Vale do Rio Doce (Araújo *et al.*, 1997).

Nos anos 1990, os PIBs da região Nordeste e do país cresceram, em média, menos de 3% ao ano, exceto os dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, que obtiveram crescimento médio de 5,3% e 4,1% ao ano, respectivamente. O Ceará alcançou crescimento em pleno período de desaceleração econômica do Brasil e da Região Nordeste, graças à política agressiva de atração de investimentos e ampliação do polo têxtil e de confecções, consequência do ajuste fiscal e administrativo na segunda metade da década de 1980. Já o crescimento do Rio Grande do Norte esteve associado ao crescimento da atividade petrolífera e da fruticultura. Atualmente, as maiores economias estaduais da Região Nordeste são a Bahia, Pernambuco e o Ceará, responsáveis por 31%, 17% e 16%, respectivamente, do PIB regional (Araújo *et al.*, 1997). Como caracterização final da região, verifica-se um mercado de trabalho competitivo pelos baixos salários, heterogêneo, com alguns poucos polos de boa capacidade para geração de empregos. Essa região possui indicadores sociais muito ruins e atraso econômico também derivado da falta de um planejamento regional e urbano, fato que dificulta a permanência das pessoas em suas cidades de origem e cria um fluxo migratório intenso, além do desenvolvimento desordenado.

A formação econômica das Regiões Sul e Nordeste influenciaram fortemente no seu desenvolvimento econômico. Cada região foi colonizada por indivíduos de diferentes origens e culturas. Nesse quadro, a colonização da Região Sul é um dos motivos da atual diversificação econômica e da melhor qualidade de vida. Já o tipo de colonização experienciada no Nordeste acarretou uma economia atrasada e com os piores indicadores sociais do país.

Para comparar a concentração de renda das Regiões Sul e Nordeste, apresenta-se, na Tabela 10, o índice de Gini das capitais brasileiras nos anos de 1991 e 2000. Percebe-se que a distribuição de renda é mais homogênea nas capitais da Região Sul: Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Curitiba (PR). A partir dos dados expostos na tabela, observa-se que a desigualdade de renda aumentou nas capitais das Regiões Sul e Nordeste, com exceção de Natal (RN) que se manteve estável. O processo de concentração de renda entre os anos de 1991 e 2000 foi mais intenso nas capitais da Região Nordeste.

Tabela 10: Índice de Gini das capitais das Regiões Sul e Nordeste – 1991/2000.

Table 10: Gini index of capitals in the South and Northeast regions – 1991/2000.

Cidades	1991	2000
Curitiba	0,55	0,59
Florianópolis	0,55	0,57
Porto Alegre	0,57	0,61
Natal	0,64	0,64
São Luis	0,61	0,65
Salvador	0,65	0,66
Teresina	0,63	0,65
Fortaleza	0,65	0,66
João Pessoa	0,62	0,63
Recife	0,67	0,68
Maceió	0,62	0,68
Aracajú	0,62	0,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife (2005, p. 2).

Na Tabela 11, fica claro o aumento dos estratos mais pobres no Brasil, mas, principalmente, na Região Nordeste. Inicialmente, verifica-se uma redução na participação dos estratos de renda 3, 4 e 5, ligados a uma evolução das classes 1 e 6, o que reforça a idéia de desaparecimento da classe média no país. A Região Nordeste registrou um grande aumento na faixa 1 e, por consequência, uma redução nas classes 3 e 4, e, caso se considerem as Regiões Norte e Nordeste, verifica-se uma redução em todas as faixas de renda relacionada ao aumento na classe 1. Diferente dessas, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram queda nas faixas 3 e 4 e aumento das faixas 2, 5 e 6. Constata-se, por fim, que houve mobilidade na distribuição da renda brasileira entre os anos de 1987 e 2003.

Tabela 11: Percentual de pessoas por classe de renda – Brasil e Regiões Sul e Nordeste – 1987/2003.

Table 11: Percentage of people by income class – Brazil and South and Northeast regions – 1987/2003.

Classes de renda (R\$)	1987			2003		
	Brasil	Nordeste	Sul	Brasil	Nordeste	Sul
(1) 0-260	21,21	38,68	13,91	25,18	47,31	13,66
(2) 261-520	26,20	27,35	26,24	29,40	26,21	30,26
(3) 521-1164	30,44	20,38	34,95	25,94	16,14	32,02
(4) 1165-5000	19,81	12,18	22,49	17,07	9,15	21,56
(5) 5001-10000	1,91	1,27	1,92	1,82	1,01	1,95
(6) Acima de 10000	0,43	0,24	0,49	0,60	0,19	0,56

Fonte: Tochetto *et al.* (2004, p.17).

Por fim, conclui-se que, entre 1987 e 2003, ocorreu um empobrecimento da população brasileira, de um modo geral, pois um maior número de pessoas passou a ter rendimentos menores. Porém, a situação do Nordeste do Brasil piorou, em comparação ao Sul, com um grande aumento do estrato com rendimento entre R\$ 0,00 e R\$ 260,00.

5 Conclusões e considerações finais

A discussão sobre o desenvolvimento econômico de uma nação é muito importante, principalmente em países com o grau de desigualdade muito elevado como o Brasil. Apurar indicadores como PIB e PIB *per capita* isoladamente não demonstram a realidade do bem-estar de uma população e mascara problemas de desigualdade.

Os indicadores sociais da economia brasileira tiveram uma melhora significativa depois da implementação do Plano Real, no ano de 1994. O grande benefício dessa política macroeconômica foi a estabilização da inflação que deteriorava o poder de compra das camadas mais pobres, aumentando a desigualdade. Além da estabilização, também foram determinantes, para a redução da desigualdade e a melhoria dos indicadores sociais, as transferências de renda promovidas pelo governo federal. O aumento das transferências na Região Nordeste representou 12,23% da renda, no ano de 1991, e, no final da década, o percentual evoluiu para 21,09%. Além disso, a participação da renda do trabalho na renda total diminuiu de 80,91% para 60,48%, portanto, aumentaram os rendimentos obtidos com transferências e não com rendimentos do

trabalho. Esse avanço foi obtido por intermédio do Programa Bolsa Família que auxilia na alimentação, saúde e educação.

A redução da desigualdade de renda no Brasil ficou evidente, quando observada a renda média mensal dividida por estratos entre os anos de 2001 e 2005. Conclui-se que os pobres ficaram menos pobres e os ricos ficaram relativamente menos ricos. A partir do índice de Gini, no período de 1995 a 2005, foi possível observar uma redução da desigualdade de 0,599 para 0,566 no país. O IDH do país mostrou um bom desempenho mediante a evolução de 20,8% entre os anos de 1975 e 2001. Nesse período, entre os países da América Latina, o Brasil ultrapassou a Colômbia e a Venezuela, mas ficou atrás do México, da Argentina e do Chile. Os dois fatores que mais colaboraram para a melhora do índice na década de 1990 foram a queda nas taxas de mortalidade infantil (35,96%) e nas de mortalidade entre adultos (8,78%). Também foi importante para o índice o aumento de habitantes com acesso à água potável e à vacinação. O reflexo nos indicadores demográficos também foi percebido no aumento da esperança de vida ao nascer, que passou de 66,57 anos para 70,43 anos; e pela queda de 12,72% da taxa de natalidade.

Apesar da evolução dos indicadores sociais no Brasil, de uma forma geral, o estudo demonstra que existe uma forte dicotomia social e econômica entre as Regiões Sul e Nordeste. A média do IDH da Região Sul, no ano de 2000, ficou em 0,737, diferente do Nordeste, que obteve 0,580. Outro indicador que reforça essa conclusão é o percentual de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água, entre os domicílios particulares permanentes, que, em 2005, era de 84% , na Região Sul, e de 73,9%, no Nordeste.

Quando avaliada a mobilidade de renda nas Regiões Sul e Nordeste, no período de 1987 a 2003, o empobrecimento da Região Nordeste, em comparação com a Região Sul, é nítido. Efetuada a divisão das classes de renda em 6 estratos (1 com renda de R\$ 0,00 à R\$ 260,00 e 6 com renda acima de R\$ 10.000,00), o Nordeste apresentou um grande aumento da faixa 1 (mais pobre) e diminuição nas classes 3 e 4. A Região Sul também apresentou redução das faixas 3 e 4, porém ampliou as faixas 2, 5, 6.

Essa dicotomia tem raízes históricas que influenciaram de forma diferente as regiões do Brasil. O mercado de trabalho sofreu com os baixos salários por motivos de atraso cultural (por

passar da escravidão para o trabalho assalariado), pela estrutura fundiária e pela dominância oligárquica. Conclui-se que os responsáveis pelo atraso nordestino são as elites produtoras, que, até a década de 1950, acomodaram-se em virtude do protecionismo e não apresentaram alternativas para reduzir a adversidade climática no semiárido. Como o PIB brasileiro é muito concentrado na Região Sudeste, o governo optou por investir em grandes projetos nos estados da Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe. Também foram criadas instituições importantes como o BNB, a SUDENE e o FINOR para realizar os projetos de infraestrutura nas regiões mais necessitadas. Ao comparar o desempenho econômico da Região Sul com a Região Nordeste, identifica-se que a participação no PIB nacional não difere muito. O Sul, no ano de 2000, contribui com 18,6%; e o Nordeste, com 13,7% do PIB (IBGE, 2007). Porém, devido à elevada densidade demográfica do Nordeste comparada à Região Sul, a renda *per capita* do Nordeste foi muito inferior à do Sul. A média ponderada da renda *per capita* da população no Nordeste no ano de 2000 era de R\$ 113,56, enquanto a Região Sul tinha renda de R\$ 313,37. A participação da renda do trabalho na renda total dos indivíduos no Sul é de 72,19%, ao passo que no Nordeste é de 60,48%. Isso significa que grande parte da renda dos nordestinos é paga pelo governo por meio de programas de auxílio e da previdência.

A política de desconcentração da produção não resulta obrigatoriamente na melhoria da distribuição de renda interpessoal. Portanto, as políticas direcionadas às pessoas dessa região serão mais eficientes, como é o caso do Programa Bolsa Família. Para cada região, as políticas de redução da pobreza devem ser diferenciadas, pois cada uma tem um nível de conversão diferente. Pode-se intensificar o crescimento econômico ou adotar políticas redistributivas de renda. A melhor opção para as economias em desenvolvimento é a aplicação de políticas de crescimento pró-pobre. Percebe-se que o crescimento de um país não se resume no volume de crescimento da economia, mas é importante um crescimento qualitativo. O crescimento econômico mais eficiente reduz a pobreza e a desigualdade de um país. Isso ocorre porque, quanto maior for a desigualdade da população, menor é o impacto do crescimento.

Referências

ARAÚJO, T.; SOUZA, A.; LIMA, R. 1997. Nordeste: economia e mercado de trabalho. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, 11(29):55-77.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO RECIFE. 2005. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006>, acesso em: 12/12/2007.

BRESSER-PEREIRA, L.C. 2004. Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, **24**(4):625-630.

FURTADO, C. 1979. *Teoria e política do desenvolvimento*. São Paulo, Nacional, 344 p.

HOFFMANN, R. 2007. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005 e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In: R. P. de BARROS; M.N. FOGUEL; G. ULYSSEA (orgs.), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Rio de Janeiro, IPEA, vol. 1, p. 93-105.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, acesso em: 12/12/2007.

LEITE, P.S. 1983. *Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 184 p.

MAGALHÃES, J.C.R.; RABELO, R.A. 2006. *Diferenças de renda, emprego e desigualdade entre os municípios brasileiros no período de 1991 a 2000*. Brasília, IPEA, 51 p. [Texto para discussão nº 1250]

OLIVEIRA, J.C. 2006. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e dos países da América Latina e Caribe, 1975/2004. *Análise*, **17**(1):27-46.

PESSÔA, S.de A. 1999. *Economia regional, crescimento econômico e desigualdade regional de renda*. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/448>, acesso em: 12/03/2008.

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=686, acesso em: 12/12/2007.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. 2007. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>, acesso em: 12/12/2007.

RDH – RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. 2007. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>, acesso em: 12/03/2008.

SIQUEIRA, T.V. de; FILHO, N.F.S. 2001. Desenvolvimento regional no Brasil: tendências e novas perspectivas. *Revista do BNDES*, **8**(16):79-118.

SOUZA, N. de J. de. 2005. *Desenvolvimento econômico*. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 313 p.

TAFNER, P.; REZENDE, F. 2005. *Brasil: o estado de uma nação*. 1ª ed., Rio de Janeiro, IPEA, 372 p.

Franco Jr. Manoel.C.R.; Massuquetti, Angélica

Disparidades regionais: análise comparada de desenvolvimento entre regiões do Brasil...

TOCHETTO, D.G.; RIBEIRO, E.P.; PORTO, S.S.J.; COMIM, F.V. 2004. *Crescimento pró-pobre no Brasil: uma análise exploratória*. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro_2004.htm, acesso em: 12/03/2008.

¹ O índice mede o grau de distribuição da renda, variando entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (perfeita desigualdade).